



IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE SAÚDE

Janielle Silva Marinho de Araújo¹, Maria Aldinez de Sousa Lima², Clésia Oliveira Pachú²

*Acadêmica de Farmácia, Professora Doutora da Universidade Estadual da Paraíba
niellejany.marinho@gmail.com, aldinez.lima@gmail.com, clesiapachu@hotmail.com.*

Resumo

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), denominadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como medicinas tradicionais e complementares, foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), aprovada pela Portaria GM/MS nº 971 de 2006 e ampliada pela Portaria 145 de 2017 do Ministério da Saúde. Objetivou-se revisar acerca da implantação do componente curricular práticas integrativas e complementares nos cursos da área de saúde. O presente artigo de revisão da literatura acerca da implementação do componente curricular Prática Integrativas e Complementares (PICS) nos cursos de graduação de saúde, foi realizada por consulta a bancos de dados Ministério da saúde e SciELO. A busca foi realizada pela combinação das palavras-chave “Terapias Complementares” e “PICS na graduação” com língua e sintaxe apropriadas a cada banco de dados, a partir de 2006, utilizaram-se artigos em português. Diante das bases utilizadas, foram encontrados cerca de seis artigos relacionados com o exercício das práticas integrativas e complementares (PNPIC) nos cursos de graduação em saúde. A utilização desta na atenção básica como forma de inclusão por ser de baixo custo, fácil acesso e excelente perspectiva de ampliação do cuidado em saúde. Há necessidade de integrar a medicina moderna às práticas de saúde não convencionais na atenção à saúde. As práticas complementares podem ser recursos úteis na promoção da saúde, porque estabelecem uma nova compreensão do processo saúde-doença, destacando-se a perspectiva holística e empoderamento individual impactando na vida cotidiana dos sujeitos.

Palavras-chave: Práticas Complementares; Terapias Complementares e PICS na graduação

INTRODUÇÃO:

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), denominadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como medicinas tradicionais e complementares, foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), aprovada pela Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006 e ampliada pela Portaria 145 de 2017, totalizando 19 práticas desde março de 2017 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC) teve sua implantação consolidada no início do século XXI, no Brasil. Esta Política corroborara com o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e acrescenta linha de tratamento alternativo ao paciente no serviço público de saúde de cunho

holístico, antes restrita ao serviço privado (BRASIL, 2006). Neste contexto, destaca-se a preocupação do Estado com a inclusão dos sujeitos no cuidado em saúde.

Segundo Brasil (2006), a implantação da PNPIC comina com o fortalecimento do SUS, na capacitação profissional, meios de divulgação das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) a população, estímulos a pesquisa científica e também as universidades, visando inserção de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação relacionado às PICs.

Devido a implantação de PICS não ser exigida, os profissionais que tem conhecimento acerca das PICs relatam ter obtido essas informações por meio de experiência familiar ou leitura, não tendo a graduação como fonte principal do conhecimento adquirido. Afirmam também que a implantação de componentes referentes a área seria importante na matriz curricular (CONTIJO E NUNES, 2017).

Deste modo, entende-se que a implantação da disciplina Práticas Integrativas e Complementares em Saúde se faz necessário, quando vislumbrado que a falta de conhecimento dos graduandos dos cursos de saúde em relação as PNIPC emitem déficit na saúde pública, bem como na prática de outras alternativas na cura de agravos em saúde.

Neste estudo, objetivou-se apresentar a correlação entre as PICS e sua implementação nos cursos de saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática acerca da inserção das práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) nos cursos da área de saúde. Foram consultados os bancos de dados Ministério da saúde e SciELO. A busca foi realizada pela combinação das palavras chaves “Terapias Complementares” e “PICS na graduação” com língua e sintaxe apropriadas a cada banco de dados, a partir de 2006 e utilizaram-se artigos em português. Os critérios de inclusão dos estudos para revisão foram: Estudo publicado entre 2006 e 2017, contendo dados que fundamentassem a importância da implementação do conhecimento das PICS nos cursos de graduação. Para os resultados de cada busca, a seleção inicial ocorreu pela leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados, sendo descartados aqueles evidentemente não relacionados ao tema, local ou período estabelecidos nesta pesquisa, bem como os que não continham dados originais.

Dos títulos e resumos elegíveis, os artigos foram avaliados e fizeram parte da segunda etapa de seleção quanto à elegibilidade. Os artigos que aparentemente cumpriam com os

critérios de inclusão foram obtidos e analisados criteriosamente. Finalmente foram incluídos aqueles que contemplavam a proposta da presente revisão sistemáticos. Para os estudos identificados que cumpriram os critérios de inclusão, organizaram-se suas características incluindo autor, ano e local do estudo, método utilizado, participantes e principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, entre os 20 artigos identificados com a estratégia de busca utilizada, 8 artigos tiveram que ser avaliados na íntegra, mas somente 3 cumpriam com os critérios de inclusão da revisão (Figura 1). Esses 8 artigos se referiam a 2 estudos onde estavam inseridas as palavras-chave: “Terapias Complementares” e “PICS na graduação”.

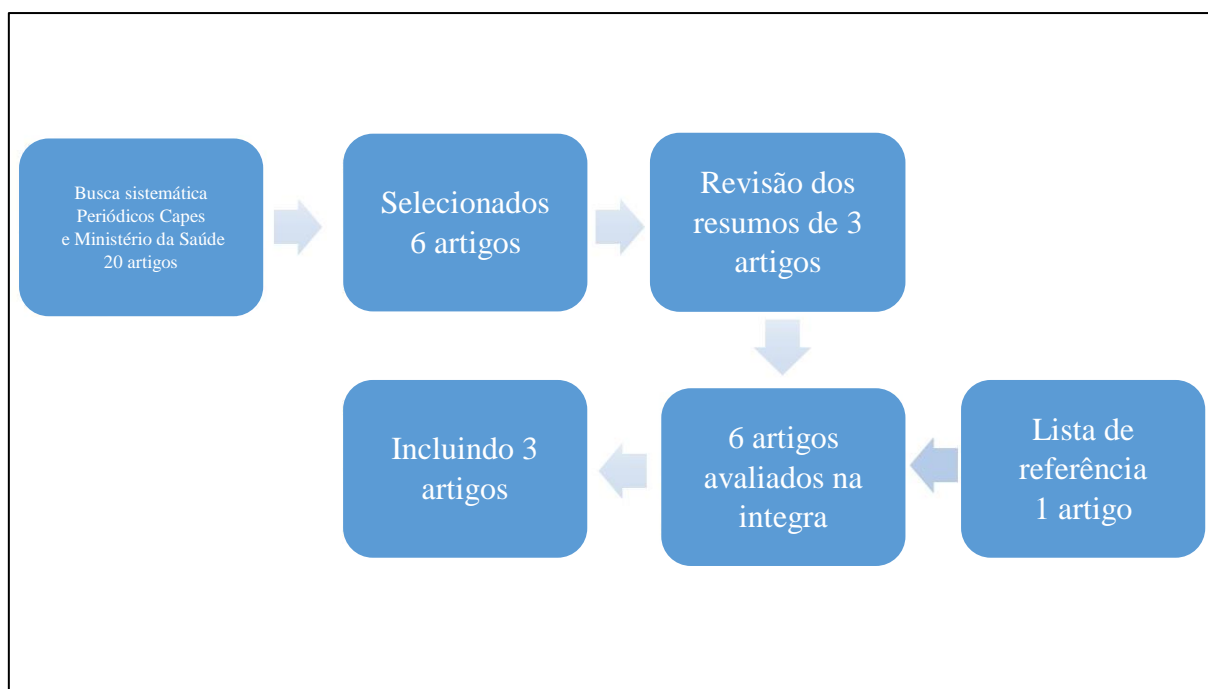
A totalidade dos estudos utilizou abordagem transversal de desenho de estudo para obtenção das informações que foram coletadas. Os três artigos incluídos na revisão foram originalmente publicados em português.

A Tabela 1 mostra as características dos estudos incluídos na análise. Cerca de 10% dos artigos analisados se tratava de uma revisão sistemática para a obtenção das informações que foram coletadas por meio do Ministério da saúde e Periódicos Capes, os três artigos que foram incluídos, todos são em português.

Diante das bases utilizadas, foram encontradas poucas fontes que expusesse a implementação da Política de Práticas Integrativas e Complementares (PNIPC) nos cursos de graduação da área de saúde. O Ministério da Saúde aprovou em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e em 2017 implementou com novas PICS diante da necessidade de integrar a medicina moderna às práticas de saúde não convencionais na atenção à saúde.

Na literatura, encontram-se diferentes denominações das práticas terapêuticas, entretanto, no Brasil, usa-se a expressão práticas integrativas e complementares (PIC) (BRASIL, 2009). Essa denominação difundiu-se desde a aprovação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), em 2006, na qual se incluem, em seu escopo: Medicina tradicional chinesa (sobretudo, a acupuntura), homeopática e antroposófica, plantas medicinais (fitoterapia) e o termalismo social (crenoterapia) (ISCHKANIAN et al., 2012).

Figura 1 -Fluxograma de artigos utilizados por meio das ferramentas de busca, expostas abaixo



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Tabela 1 - Características dos estudos utilizados

Referência	Ano	Local	Método	Resultados
BRASIL	2006	Ministério da saúde	Revista catalográfica	Dos 5.560 questionários enviados, retornaram 1342, dos quais 232 apresentaram resultados positivos e demonstraram a estruturação de alguma prática integrativa e/ou complementar em 26 estados, num total de 19 capitais, sendo a amostra considerada satisfatória no cálculo de significância estatística para um diagnóstico nacional.
GONTIJO, M. B. A	2017	Scielo	Estudo descritivo e exploratório	Participaram 118 profissionais da saúde, de nível superior, do Sistema Único de Saúde de três municípios brasileiros, em 2014. Procederam-se à análise descritiva e à análise de <i>cluster (two-step cluster)</i> . A

maioria dos profissionais conhece parcialmente as práticas integrativas e complementares; considera mais eficiente a acupuntura e a fitoterapia; desconhece a antroposofia e o termalismo; tem menor credibilidade na homeopatia; desconhece a política nacional de práticas integrativas e complementares; considera que seus conhecimentos não foram obtidos durante a graduação, mas principalmente pela leitura e experiência em família; entende que estas práticas devem ser inseridas na graduação e que são importantes para a profissão e para o serviço.

ISCHKANIAN et al, 2012	2012	Scielo	Análise documental e a entrevista com roteiro pré-estabelecido direcionada	Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, que apenas cinco dos 26 entrevistados conheciam a PNPIC, que ainda prevalece o modelo biomédico nos atendimentos, que o fornecimento de material e aquisição de insumos utilizados em algumas das PIC tem se constituído em grande problema na unidade, que a divulgação das PIC não tem sido suficiente para que profissionais e usuários as conheçam.
---------------------------	------	--------	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Segundo Ischkanian et al., (2012) para agregar as PICS ao atendimento convencional, é necessário a formação e qualificação dos profissionais diante das dificuldades e desafios em sua implantação, além de fornecimento de material e aquisição de insumos utilizados em instituições públicas. No entanto, o SUS tem se mostrado favorável ao uso de recursos terapêuticos que sejam eficazes e economicamente mais acessíveis.

Porém, faz-se necessário que o mercado esteja qualificado de forma adequada e, para que isto aconteça, é preciso que todos os profissionais se encontrem aptos a realizar tais práticas e, desta forma, então detentores do conhecimento acerca das práticas integrativas e complementares.

A implantação das PNPIC enriquece a política no SUS devido a melhor capacitação profissional, por intermédio da divulgação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e implantação na comunidade trazendo diversos benefícios aos praticantes das diversas áreas disponíveis, dependendo do conhecimento dos profissionais, sendo comum principalmente aos profissionais de saúde (BRASIL,2006).

Contijo e Nunes (2017) afirmam que pelo fato da implantação não ser exigida, os profissionais que têm conhecimento acerca das PICS, não possuindo a graduação como fonte principal do conhecimento adquirido, onde a implantação de disciplinas referentes a área seria importante na matriz curricular já que o conhecimento das PICs é adquirido por meio de recursos próprios e contratação de terceiros, onde deveria ter a graduação como recurso principal. Neste sentido, verifica-se a falha da educação formal no processo de inclusão de sujeitos, quer seja profissional ou assistidos.

Há multiplicidade de práticas em saúde que, necessariamente, não se fundamenta por racionalidade médica ou outras práticas que atuam de forma complementar. Para tanto, é importante se obter uma definição mais clara acerca deste campo para viabilizar a prática em promoção da saúde.

A promoção da saúde pode ser compreendida como campo de propostas, ideias e práticas, que estão em ascendência na saúde pública, oriunda de concepção ampla do processo saúde/doença e de seus determinantes, recomendando a articulação de saberes, técnicos e populares, e, a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução.

A inserção das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação configura uma ação de ampliação de acesso e qualificação dos serviços, principalmente na rede SUS na tentativa de envolver a integralidade da atenção à saúde da população. Nesse entendimento, ressalta-se a importância da implementação deste componente na grade curricular dos futuros profissionais de saúde para que possam estar qualificados para atuar na rede primária fortalecendo as práticas de promoção da saúde, em especial as PICs.

CONCLUSÃO

No presente artigo de revisão sistemática, verificou-se a escassez de artigos na literatura acerca da implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Verifica-se a importância das PICS devido a necessidade de inclusão de assistidos no Sistema Único de Saúde de forma pública e qualificada promovendo saúde a população. Deste modo, há necessidade de implantar nas graduações esse componente curricular enriquecendo a promoção da saúde, aumentando o número de assistidos e melhor qualificando os profissionais.

As práticas integrativas e complementares se apresentam como recursos úteis na promoção da saúde, por estabelecer uma nova compreensão do processo saúde/doença, destacando a perspectiva holística e o empoderamento individual, com impactos na vida cotidiana dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Práticas Integrativas E Complementares No SUS: Atitude DeAmpliação De Acesso** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

GONTIJO, M. B. A.; NUNES, M. F. Integrative and complementary practices: knowledge and professional credibility of the public health service. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro. v. 15 n. 1, p. 301-320, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático : práticas integrativas e complementares em saúde**. – Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Secretaria de Atenção à Saúde. **Relatório do 1º Seminário Internacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde** – PNPIC. Brasília, DF, 2009

ISCHKANIAN, C.P., PELICIONI, F. C., Desafios das práticas integrativas e complementares no SUS visando a promoção da saúde. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** v.22, n.2 São Paulo, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático : práticas integrativas e complementares em saúde**. – Brasília, 2018.

LIMA, K. M. S. V., SILVA, K. L., TESSER, C. D., Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. **Interface**. v. 18. n. 49. Botucatu, 2014.



BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Secretaria de Atenção a Saúde. **Relatório do 1º Seminário Internacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPIC**. Brasília, DF, 2009

BARROS, N. F.; SIEGEL, P.; De SIMONI, C. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: passos para o pluralismo na saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n.12, p. 3066-3069, dez. 2007.